

PORTUGAL

República Portuguesa

Chefe de Estado: **Marcelo Rebelo de Sousa**

Chefe do Governo: **António Costa**

Persistiram as preocupações com as condições nas prisões e a responsabilização pela má conduta policial, nomeadamente com recurso à utilização excessiva da força. As salvaguardas contra a violência com base no género continuaram inadequadas. Milhares de pessoas continuaram a viver em condições de habitação inadequadas. Os trabalhadores migrantes do setor agrícola foram alvo de exploração e condições de trabalho desadequadas. Mais de mil pessoas morreram por causas relacionadas com ondas de calor extremo.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Persistiram relatos de uso excessivo da força e outros maus-tratos por parte das forças policiais. Entre maio e junho, o Comité para a Prevenção da Tortura (CPT) do Conselho da Europa (CdE) visitou várias prisões e locais de detenção para examinar o tratamento e as condições dos detidos. A visita teve como objetivo dar seguimento à extensa lista de recomendações feitas pelo CPT no seu relatório após uma visita de 2019, inclusivamente avaliando a eficácia das investigações sobre alegações de maus-tratos por agentes da lei.

VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO SEXUAL E DE GÉNERO

Em julho, após a revisão periódica de Portugal, o Comité da CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres) criticou a inadequação do quadro legislativo e institucional e a insuficiência dos serviços para lidar com a violência de género contra as mulheres. Expressou também preocupação com as taxas de abandono escolar entre as raparigas ciganas devido a casamentos infantis e/ou forçados e a gravidez precoce, e observou que estas questões eram muitas vezes ignoradas pelas autoridades.

DIREITO À HABITAÇÃO

O governo tomou medidas insatisfatórias para melhorar as condições de habitação e garantir uma quantidade suficiente de habitação acessível, apesar dos dados divulgados no final de 2021 mostrarem que mais de 38.000 pessoas careciam de resposta habitacional adequada. Persistiram relatos de desalojamentos forçados que deixaram as pessoas em piores condições de habitação – incluindo, em alguns casos, sem-abrigo –, uma situação que afetou desproporcionalmente as pessoas de etnia cigana e afrodescendentes.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Em janeiro de 2022, reportagens investigativas dos órgãos de comunicação social expuseram a forma como trabalhadores migrantes, principalmente de países do sul da Ásia, empregados no setor agrícola na região sul de Odemira, eram alvo de condições de trabalho abusivas e viviam em condições de habitação inadequadas. Em junho, o Grupo de Peritos sobre a Luta contra o Tráfico de Seres Humanos do CdE (GRETA), que visitou o país em 2021, constatou que a exploração laboral continua a ser o tipo de exploração mais comum, afetando especialmente os setores agrícola e da restauração.

FALHA EM COMBATER A CRISE CLIMÁTICA E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Em setembro, após uma visita ao país, o Relator Especial da ONU sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente concluiu que as autoridades precisavam de acelerar o ritmo de ação para enfrentar, em particular, a poluição do ar e a gestão de resíduos, e prevenir incêndios florestais. Segundo dados da Direção-Geral da Saúde, até julho, registaram-se mais de 1.000 mortes relacionadas com ondas de calor extremas em 2022. Até agosto, segundo o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, 60,4% de Portugal vivia situações seca e 39,6% de seca extrema.